



# Boas práticas agrícolas para uma agricultura resiliente:

*uma visão integradora*

*Documento técnico*

Para poder se constituir em um motor de desenvolvimento, crescimento econômico e prosperidade, a agricultura das Américas deve superar desafios, mas também aproveitar oportunidades. O setor agrícola é, sem sombra de dúvidas, uma peça fundamental do desenvolvimento sustentável, tanto que entre seus Objetivos é ele que apresenta a maior transversalidade e, como tal, deverá enfrentar muitos dos desafios estabelecidos na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Promover o desenvolvimento do setor agrícola significa, entre outras coisas, gerar soluções inovadoras, modernizar estruturas políticas e estruturas institucionais e desenvolver capacidades técnicas nas pessoas, nas organizações e na sociedade em geral, para poder abordar a complexidade deste desafio com práticas colaborativas e soluções sustentáveis que incluam a problemática da mudança climática.

Embora os países já tenham uma maior consciência sobre a importância de desenvolver modelos que aumentem a produção e a competitividade levando em conta a sanidade agropecuária, a inocuidade alimentar e a proteção ambiental, geralmente se adota uma perspectiva setorial na implementação e se trabalha de forma atomizada e pouco articulada, com a consequente duplicação de esforços e o estabelecimento de requisitos desconexos que, eventualmente, desencorajam sua implementação entre os produtores a quem são dirigidos.

As boas práticas agrícolas (BPA) com enfoque integrador buscam ser muito mais inclusivas (consideram, por exemplo, a agricultura familiar) e levam em consideração a interdependência que existe entre as diferentes dimensões da agricultura, como a inocuidade, a sanidade, o bem-estar do trabalhador e o meio ambiente. Manter uma orientação desta natureza permite contribuir de maneira mais eficaz com o desenvolvimento de uma agricultura sustentável.

## A aplicação de boas práticas agrícolas

No âmbito oficial, as BPA são promovidas sobretudo pelos ministérios da agricultura e organismos que lhes são vinculados, segundo as competências e o âmbito de ação de cada um. Algumas instituições se centram na inocuidade alimentar, outras na proteção fitossanitária ou no controle de resíduos de pesticidas, e assim sucessivamente, sem que se tenha geralmente uma visão globalizante das BPA e, talvez, sem fiscalizar as consequências da prática agrícola no meio ambiente, sem mencionar a escassa complementação de esforços institucionais.

Da mesma forma, as unidades de mudança climática dos ministérios da agricultura ou de outras instituições públicas geralmente promovem práticas “amigáveis” sem atentar para sua relação com a sanidade agropecuária ou com a inocuidade alimentar. A falta de articulação entre estas áreas pode trazer consigo duplicidades e contradições que limitam seus impactos na agricultura.



No âmbito privado, as BPA costumam ter um enfoque mais amplo que, além dos princípios da inocuidade alimentar, compreende a proteção ambiental, a saúde, a segurança e o bem-estar dos trabalhadores agrícolas, bem como o bem-estar dos animais. Sua aplicação, porém, estende-se sobretudo ao setor de exportação e se utiliza principalmente de mecanismos de certificação privada.

Entretanto, abordar os riscos sanitários, fitossanitários e ambientais de forma separada é uma estratégia pouco eficaz. Em primeiro lugar, porque as políticas públicas, a assistência técnica e a capacitação que se dirigem aos produtores apresentarão uma visão fragmentada da agricultura e, em segundo lugar, porque se perde a oportunidade de unir esforços e otimizar recursos para obter melhores resultados (figura 1).



Figura 1. Tratamento fragmentado dos riscos nas propriedades.

## Para um enfoque integrado das boas práticas agrícolas

Ao adotar uma visão integradora das BPA, pode-se contribuir para atenuar e, inclusive, reverter os efeitos da agricultura sobre o meio ambiente, posto que, por esta perspectiva, contempla-se como um todo a proteção fitossanitária, a inocuidade dos alimentos, a saúde do trabalhador e a proteção do meio ambiente.

Este enfoque holístico responde à estrutura do processo produtivo em si e tem como finalidade aumentar a consciência dos

produtores e do governo sobre as responsabilidades de cada um em matéria de produção alimentar (segurança alimentar) e proteção ambiental (figura 2).



Figura 2. Visão holística das boas práticas agrícolas.

Esta visão manifesta a contribuição que as BPA podem fazer aos esforços mundiais de adaptação à mudança climática e de fomento à sustentabilidade ambiental. Além disso, com um pouco de comunicação e marketing se podem estabelecer mecanismos de certificação oficial que confirmam aos produtos valores adicionais, como “seguro para o meio ambiente” ou “trabalhamos para reduzir o impacto sobre a mudança climática”. Esta medida possibilitaria o reconhecimento do enorme esforço que fazem tanto os produtores (executores das ações) como o governo (organizador do sistema) para melhorar suas práticas e traria novas oportunidades de ganhos para o setor privado.

## Implementação das boas práticas agrícolas: uma responsabilidade compartilhada

Alcançar a adoção generalizada do enfoque integral das BPA é um objetivo que requer o compromisso dos governos e produtores. Os primeiros devem se comprometer com o estabelecimento de políticas idôneas e com a facilitação do acesso a bens e serviços públicos. Os segundos, por sua parte, devem

O conceito de boas práticas agrícolas consiste na aplicação do conhecimento disponível para a gestão eficaz de riscos sanitários, fitossanitários e ambientais na produção agrícola, visando torná-la mais resiliente e sustentável.

se comprometer com a implementação das práticas e devem tomar consciência de que, ao trabalhar diretamente na terra, têm em suas mãos a possibilidade de transformar a produção de alimentos em uma atividade não somente mais produtiva, mas também mais sustentável e mais respeitosa com o meio ambiente.

No processo de implementação das BPA, o produtor desempenha o papel principal na propriedade. As instâncias de governo, por sua parte, devem se encarregar de elaborar a estrutura normativa das BPA, de verificar seu cumprimento e, se possível, de oferecer assistência técnica e capacitação.

Certamente se avançou muito no estabelecimento de critérios e indicadores de cumprimento de BPA, tanto no âmbito privado como no público, mas os esforços se têm voltado para verificar a tarefa do produtor, como se eles fossem os únicos responsáveis por implementar as BPA. Pouco se tem trabalhado em indicadores no âmbito do governo que orientem o projeto e a aplicação de programas nacionais ou locais de BPA e, sobretudo, destinados a proporcionar os bens públicos que fazem falta para alcançar as transformações que se perseguem no campo.

A implementação das BPA com enfoque integrador, como toda inovação, tem lugar em um contexto socioeconômico determinado e depende de certas condições para prosperar. Depende, por exemplo, do nível de desenvolvimento interno do país, de suas estruturas institucionais e normativas, do acesso a serviços básicos, da infraestrutura de apoio aos produtores, dos recursos dedicados à pesquisa e à transferência de tecnologias, da dotação de conhecimentos, das capacidades humanas e do acesso ao crédito.

O desafio para as instâncias de governo, portanto, está em desencadear processos intensivos e permanentes de implemen-

tação de BPA com enfoque integral nos que destaquem a participação ativa de todos os atores e em que todos se mostrem unidos por uma visão compartilhada (figura 3).



*Figura 3. Responsabilidade compartilhada público-privado.*

É neste contexto que o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) prepararam um guia sobre Boas práticas agrícolas para uma agricultura mais resiliente. Diretrizes para orientar a tarefa de produtores e governos, que contempla a atividade de produtores e governos, oferece indicadores que permitem elaborar estratégias e políticas de BPA e assenta as bases metodológicas para continuar o trabalho de atualização e de melhoria do proposto.

O guia constitui, em última instância, um bem público que se põe à disposição dos países que se esforçam por alcançar uma agricultura interamericana competitiva, inclusiva e sustentável, capaz de alimentar o hemisfério e o mundo inteiro.



**INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA**

Sede Central

Caixa Postal 55-2200 San José,

Vázquez de Coronado, San Isidro 11101, Costa Rica

Tel.: (506) 2216-0222 / Fax: (506) 2216-0233

Para receber mais informação do livro, você pode escrever para [alejandra.diaz@iica.int](mailto:alejandra.diaz@iica.int)

[www.iica.int](http://www.iica.int)

1. Referência: Díaz, A; Gebler, L; Maia, L; Medina, L; Trelles, S. 2017. Boas práticas agrícolas para uma agricultura mais resiliente. Diretrizes para orientar a tarefa de produtores e governos. São José, Costa Rica, IICA.